



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE AUDITORIA EM EDUCAÇÃO**

## **LAUDO TÉCNICO Nº 001/2019-DEAE**

### **DECISÃO N.º 318/2018 – TCE/AM – Tribunal Pleno**

**ASSUNTO:** Acompanhamento da Decisão n.º 318/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO que teve como fato gerador a representação interposta pelo Ministério Público de Contas, em face da Sra. Denise de Farias Lima, Prefeita Municipal de Itapiranga, em razão da omissão em responder à requisição do Parquet sobre a infraestrutura básica das escolas públicas rurais no âmbito do Município.

**JURISDICIONADO:** Prefeitura Municipal de Itapiranga.

**ANEXO:** MEMORANDO N.º 34/2019/SP/SERVCOM, de 13/02/2019 COM DECISÃO 318/2018.

---

Trata a presente informação acerca de acompanhamento da Decisão n.º 318/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO que teve como fato gerador a representação formulada pelo Ministério Público de Contas, por intermédio da Exma. Procuradora Evelyn Freire de Carvalho, em face da Sra. Denise de Farias Lima, Prefeita Municipal de Itapiranga, em razão da omissão em responder à requisição do *Parquet* sobre a infraestrutura básica das escolas públicas rurais no âmbito daquele município que acarretou na Decisão Plenária n.º 318/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO.

---

1. De início, observa-se que o memorando ingressou no Departamento de Auditoria em Educação – DEAE, via despacho S/N da Secretaria-Geral de Controle Externo – SECEX, cujo documento integrante é a Decisão Plenária n.º 318/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO (anexa).

2. Como providência inicial este corpo técnico realizou levantamento<sup>1</sup> de modo a agregar dados sobre as indagações levantadas pelo *Parquet* em virtude da omissão da Chefe do Executivo em responder ao Ofício Requisitório n.º 542/2017/MP – EFC de 01/08/2017.

3. Segue a transcrição na integralidade da diligência Ministerial:

*“3.1 – Informar qual a real situação em relação à tratamento de esgoto, recebimento de merenda, energia elétrica e abastecimento de água em cada uma das escolas da rede pública do Município;*

*3.2 – Informar quais dessas escolas contam com banheiros dentro do prédio;*

*3.3 – Quais são as medidas que estão sendo adotadas para a normalização destes recursos nas referidas escolas?*

*3.4 – A pesquisa revela ainda que existem diversos professores sob contratação temporária. Sabendo que especialmente professores são uma necessidade permanente em qualquer lugar, deve ser explicado o motivo pelo qual tais contratações não foram realizadas por meio de concurso público, gerando assim um vínculo permanente entre os profissionais e o município;*

*3.5 – Informar se há previsão para realização de concurso público nas escolas que contam com professores em regime temporário;*

*3.6 – Encaminhar explicações sobre professores que lecionam sem possuírem o Ensino Superior em escolas da zona rural;*

*3.7 – Encaminhar explicações sobre a falta de supervisão pedagógica em diversas escolas da zona rural;”*

## **DA DILIGÊNCIA DO PARQUET**

---

<sup>1</sup> Instrumento de fiscalização previsto na Resolução TCE 02/2017.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

4. Antes de adentrarmos no estudo do caso concreto o DEAE efetivou levantamento por meio do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a saber:

### FONTE DE INFORMAÇÃO EXTERNA - ÁREA EDUCAÇÃO

Seq.	Endereço Eletrônico
1	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica</a>
2	<a href="http://ideb.inep.gov.br/resultado/">http://ideb.inep.gov.br/resultado/</a>

Fonte: INEP

5. Procuramos identificar inicialmente o quantitativo de Escolas (por rede de ensino e por local) que o Município de Itapiranga detém, e colhemos os seguintes dados:

**Tabela 1**

**LEVANTAMENTO DO QUANTITATIVO DE ESCOLAS E ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, CENSO ESCOLAR - EXERCÍCIO DE 2018**

SEQ.	ESFERA	ESCOLA	CÓDIGO	LOCALIZAÇÃO	TOTAL MATRÍCULAS
1	ESTADUAL	ESCOLA ESTADUAL TEREZA DOS SANTOS	13035770	URBANA	610
2	ESTADUAL	ESCOLA ESTADUAL QUITO TATIKAWA	13035932	URBANA	417
3	ESTADUAL	ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR MILETO BATISTA	13035967	URBANA	390
4	ESTADUAL	CENTRO DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO AMAZONAS - CETAM	13094289	URBANA	208
5	ESTADUAL	CENTRO RURAL DE ENSINO COM MEDIACAO TECNOLOGICA DE ITAPIRA	13223283	RURAL	46
6	ESTADUAL	ESCOLA ESTADUAL YAMAMAY	13304305	RURAL	28
7	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MARIA ROSALINA DE OLIVEIRA PINHO	13079484	URBANA	541
8	MUNICIPAL	CENTRO EDUCACIONAL TEREZA SANTOS MARQUES	13071424	URBANA	521
9	MUNICIPAL	CRECHE MUNICIPAL JOAO PAULO II	13099183	URBANA	162
10	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MARIA APARECIDA LIBORIO MONTEIRO	13035789	RURAL	102
11	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL CESAREIA	13035924	RURAL	69
12	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL JULIO MARTINS FILHO	13035800	RURAL	66
13	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTA LUZIA	13035908	RURAL	61
14	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MONTE SINAI	13071386	RURAL	45
15	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO	13035894	RURAL	45
16	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	13075438	RURAL	39
17	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL ITALIA PANZA SALES	13097644	RURAL	20
18	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MONTE DAS OLIVEIRAS	13083929	RURAL	18
19	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE COSTA E SILVA	13035835	RURAL	17
20	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL CANAA	13035754	RURAL	16
21	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO JOSE	13035878	RURAL	16
22	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO FRANCISCO	13035860	RURAL	15



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

23	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO BENEDITO	13071408	RURAL	12
24	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL EMANUEL	13093932	RURAL	11
25	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL HELIO BARBOSA	13097652	RURAL	10
26	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARIA	13035843	RURAL	10
Total					3.495

Fonte: MEC/Inep/Seduc/DPGF/Gepes/CCOL

Dos dados Estatístico da Tabela 1:

### ANÁLISE ESTATÍSTICA TABELA 1

SEQ.	ESFERAS	QUANT. ESCOLAS	QUANT. ALUNOS	% ALUNOS
1	ESTADUAL	6	1699	48,61%
2	MUNICIPAL	20	1796	51,39%
3	Total	26	3495	100,00%

SEQ.	ESFERA ESTADUAL	QUANT.	QUANT. ALUNOS	% ALUNOS
1	RURAL	2	74	4,36%
2	URBANA	4	1.625	95,64%
3	Total	6	1699	23,08%

SEQ.	ESFERA MUNICIPAL	QUANT.	QUANT. ALUNOS	% ALUNOS
1	RURAL	17	1.224	68,15%
2	URBANA	3	572	31,85%
3	Total	20	1796	76,92%

Fonte: Tabela 1

6. Nessa etapa procuramos responder aos quesitos propostos pelo Ministério Público de Contas ao Município por meio das informações disponibilizadas pelo INEP em sua home page.

### Questionamentos:

#### 6.1 – Infraestrutura Básica:

**3.1 – Informar qual a real situação em relação à tratamento de esgoto, recebimento de merenda, energia elétrica e abastecimento de água em cada uma das escolas da rede pública do Município;**

**Tabela 2**

#### LEVANTAMENTO DO QUANTITATIVO DE ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2018

SEQ.	DEPENDÊNCIA	ESCOLA	CÓDIGO	LOCAL	Trat. Esgoto	Rec. Merenda	Energia Elétrica	Abast. Água
1	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL CANAA	13035754	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
2	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL CESAREIA	13035924	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
3	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL EMANUEL	13093932	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
4	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL HELIO BARBOSA	13097652	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
5	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL ITALIA PANZA SALES	13097644	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
6	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL JULIO MARTINS FILHO	13035800	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
7	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MARIA APARECIDA LIBORIO MONTEIRO	13035789	RURAL	(1)	(2)	(3)	(3)
8	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MONTE DAS OLIVEIRAS	13083929	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
9	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MONTE SINAI	13071386	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

10	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	13075438	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
11	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE COSTA E SILVA	13035835	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
12	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTA LUZIA	13035908	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
13	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARIA	13035843	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
14	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO	13035894	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
15	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO BENEDITO	13071408	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
16	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO FRANCISCO	13035860	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
17	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO JOSE	13035878	RURAL	(*)	(*)	(*)	(*)
18	MUNICIPAL	CENTRO EDUCACIONAL TEREZA SANTOS MARQUES	13071424	URBANA	(*)	(*)	(*)	(*)
19	MUNICIPAL	CRECHE MUNICIPAL JOAO PAULO II	13099183	URBANA	(*)	(*)	(*)	(*)
20	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MARIA ROSALINA DE OLIVEIRA PINHO	13079484	URBANA	(1)	(2)	(3)	(3)

Fonte: MEC/Inep/Seduc/DPGF/Gepes/CCOL

Legenda:

(\*) Em consulta a fonte verifica-se a seguinte mensagem sistêmica: "Escola sem Ideb ou sem cadastro no Censo da Educação Básica 2017";

(1) Fornecido via Rede Pública - Fossa;

(2) Informação indisponível

(3) Fornecido via Rede Pública - Energia Elétrica e Sistema Abastecimento de Água;

Verifica-se a ausência de informações oficiais no INEP, por parte do Município o que representa 90% da amostra.

### 6.2 - *Infraestrutura Básica*::

#### 3.2 – *Informar quais dessas escolas contam com banheiros dentro do prédio;*

Tabela3

#### LEVANTAMENTO DO QUANTITATIVO DE ESCOLAS NO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2018

SEQ.	DEPENDÊNCIA	ESCOLA	CÓDIGO	LOCAL	Banheiros dentro Prédio
1	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL CANAA	13035754	RURAL	(*)
2	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL CESAREIA	13035924	RURAL	(*)
3	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL EMANUEL	13093932	RURAL	(*)
4	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL HELIO BARBOSA	13097652	RURAL	(*)
5	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL ITALIA PANZA SALES	13097644	RURAL	(*)
6	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL JULIO MARTINS FILHO	13035800	RURAL	(*)
7	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MARIA APARECIDA LIBORIO MONTEIRO	13035789	RURAL	(1)
8	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MONTE DAS OLIVEIRAS	13083929	RURAL	(*)
9	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MONTE SINAI	13071386	RURAL	(*)
10	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	13075438	RURAL	(*)
11	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE COSTA E SILVA	13035835	RURAL	(*)
12	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTA LUZIA	13035908	RURAL	(*)
13	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARIA	13035843	RURAL	(*)
14	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO	13035894	RURAL	(*)
15	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO BENEDITO	13071408	RURAL	(*)
16	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO FRANCISCO	13035860	RURAL	(*)
17	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO JOSE	13035878	RURAL	(*)
18	MUNICIPAL	CENTRO EDUCACIONAL TEREZA SANTOS MARQUES	13071424	URBANA	(*)
19	MUNICIPAL	CRECHE MUNICIPAL JOAO PAULO II	13099183	URBANA	(*)
20	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MARIA ROSALINA DE OLIVEIRA PINHO	13079484	URBANA	(1)

Fonte: MEC/Inep/Seduc/DPGF/Gepes/CCOL

Legenda:

(\*) Em consulta a fonte verifica-se a seguinte mensagem sistêmica: "Escola sem Ideb ou sem cadastro no Censo da Educação Básica 2017";

(1) Nas instalações existem banheiro no prédio;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Verifica-se a ausência de informações oficiais no INEP, por parte do Município o que representa 90% da amostra.

### 6.3 - Infraestrutura Básica:

#### **3.3 – Quais são as medidas que estão sendo adotadas para a normalização destes recursos nas referidas escolas?**

Conforme evidenciado por meio das Tabelas 2 e 3 restam comprovados a ausência de informações que monitora os índices de estudos educacionais sob a incumbência do INEP.

### 6.4 – Quadro Docente:

#### **3.4 – A pesquisa revela ainda que existem diversos professores sob contratação temporária. Sabendo que especialmente professores são uma necessidade permanente em qualquer lugar, deve ser explicado o motivo pelo qual tais contratações não foram realizadas por meio de concurso público, gerando assim um vínculo permanente entre os profissionais e o Município;**

Em acesso ao E-Contas formulamos a Tabela 4 que espelha a última posição do Município em relação ao Quadro Funcional. Quanto ao quesito proposto, estamos impossibilitado de tecer comentários face a inércia do gestor.

**Tabela 4**

**Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Itapiranga**

Seq.	Competência	Vínculo	Servidores	Remuneração	Remuneração Média	Percentual
1	out/18	Temporário	774	R\$ 1.273.004,48	R\$ 1.644,71	61%
2	out/18	Celetista	352	R\$ 615.146,02	R\$ 1.747,57	28%
3	out/18	Comissionado	112	R\$ 219.591,56	R\$ 1.960,64	9%
4	out/18	Agente Político	26	R\$ 135.200,00	R\$ 5.200,00	2%
5	out/18	Estatutário	6	R\$ 6.370,26	R\$ 1.061,71	0%
Total			1270	R\$ 2.249.312,32	R\$ 2.322,93	100%

Fonte: E-Contas - "Relatório da Prestação de Contas Mensal"

### 6.5 – Quadro Docente:

#### **3.5 – Informar se há previsão para realização de concurso público nas escolas que contam com professores em regime temporário;**

Consta nesse Tribunal processo de numero 1218/2018 que versa acerca de Edital de Concurso Público 01/2018 (incluindo professores), que foi objeto de medida cautelar, em razão da ausência de vagas para portadores de necessidades especiais, conforme consta no Laudo Técnico Conclusivo n.º 150/2018-DICAD. O processo encontra-se em 26/02/2019 na SEPLENO.

### 6.6 – Quadro Docente:

#### **3.6 – Encaminhar explicações sobre professores que lecionam sem possuírem o Ensino Superior em escolas da zona rural;**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Em razão da ausência de informações estamos impossibilitados de esclarecer o quesito proposto, entretanto levantamos a Tabela 5 que retrata a alocações dos professores no âmbito Municipal.

**Tabela 5**

LEVANTAMENTO DE NUMERARIO DE DOCENTES POR ESCOLARIDADE NO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA, EXERCICIO DE 2018

SEQ.	DEPENDÊNCIA	ESCOLA	CÓDIGO	LOCAL	ENSINO MÉDIO COMPLETO	SUPERIOR COMPLETO	TOTAL
1	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL CANAA	13035754	RURAL	1	0	1
2	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MARIA APARECIDA LIBORIO MONTEIRO	13035789	RURAL	8	25	33
3	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL JULIO MARTINS FILHO	13035800	RURAL	4	25	29
4	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE COSTA E SILVA	13035835	RURAL	0	2	2
5	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARIA	13035843	RURAL	0	1	1
6	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO FRANCISCO	13035860	RURAL	0	1	1
7	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO JOSE	13035878	RURAL	2	0	2
8	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTO ANTONIO	13035894	RURAL	0	5	5
9	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SANTA LUZIA	13035908	RURAL	10	13	23
10	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL CESAREIA	13035924	RURAL	6	19	25
11	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MONTE SINAI	13071386	RURAL	0	3	3
12	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL SAO BENEDITO	13071408	RURAL	1	0	1
13	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE FATIMA	13075438	RURAL	2	0	2
14	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL MONTE DAS OLIVEIRAS	13083929	RURAL	1	1	2
15	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL EMANUEL	13093932	RURAL	1	0	1
16	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL ITALIA PANZA SALES	13097644	RURAL	2	0	2
17	MUNICIPAL	ESCOLA MUNICIPAL HELIO BARBOSA	13097652	RURAL	1	0	1
TOTAL					39	95	134

Fonte:MEC/Inep/Seduc/DPGF/Gepes/CCOL

### 3.7 – Encaminhar explicações sobre a falta de supervisão pedagógica em diversas escolas da zona rural;

Segundo informações coletadas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio do link eletrônico [https://www.fnde.gov.br/fnde\\_sistemas/siope/relatorios/arquivos-dados-analiticos](https://www.fnde.gov.br/fnde_sistemas/siope/relatorios/arquivos-dados-analiticos) averiguamos em 2017 (Tabela 6 abaixo). **Ressalvamos que resultado de 2018 ainda não fora disponibilizado por falta de informação do Município no SIOPE, conforme *print* abaixo.** Segundo a Portaria 844/2008-MEC, é por meio do SIOPE que o governo federal recebe as informações Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, a serem prestadas a cada bimestre nos termos do art. 165, § 3º, da CF/88.

**Tabela 6**

#### QUAORO DOCENTE DE PROFESSORES - CATEGORIAS

Seq.	Mês	Categoria	Quantitativo	%
1	dez/17	Profissionais que exercem funções de secretaria escolar, alimentação escolar (merendeiras), multimeio	108	43%
2	dez/17	Docente habilitado em curso de licenciatura plena	85	34%
3	dez/17	Docente pós-graduado em cursos de especialização para formação de docentes para educação profissional	33	13%
4	dez/17	Docente habilitado em curso de nível médio	18	7%
5	dez/17	<b>Docente habilitado em curso de pedagogia</b>	3	<b>1%</b>
6	dez/17	Docente graduado bacharel e tecnólogo com diploma de mestrado ou doutorado na área do componente cur	1	0%
7	dez/18	Profissionais que atuam na realização das atividades requeridos nos ambientes de	1	0%



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

		secretaria, de manu		
Total			249	100%

Fonte: [https://www.fnnde.gov.br/fnde\\_sistemas/siope/relatorios/arquivos-dados-analiticos](https://www.fnnde.gov.br/fnde_sistemas/siope/relatorios/arquivos-dados-analiticos)

Resta que em 2017 o números de Pedagogos é inferior ao quantitativo de escolas, conforme se observa por meio da Tabela 1, que perfaz o total de 26 (vinte e seis) escolas, sendo que total de pedagogos é de 03, restando um déficit de 23 profissionais.

### Tabela 7

#### Docentes Habilitados em Curso de Pedagogia

SEQ.	MÊS	EXERCICIO	PROFISSIONAL	LOCAL EXERCÍCIO
1	12	2017	JORDANA LUZIA BARBOSA MOTA	ESCOLA MUNICIPAL MARIA ROSALINA DE OLIVEIRA PINHO
2	12	2017	REGINA MAGALHAES LIARTE	ESCOLA MUNICIPAL MARIA ROSALINA DE OLIVEIRA PINHO
3	12	2017	JOSE NERY HENRIQUE BARBOSA	ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE FATIMA

Fonte: [https://www.fnnde.gov.br/fnde\\_sistemas/siope/relatorios/arquivos-dados-analiticos](https://www.fnnde.gov.br/fnde_sistemas/siope/relatorios/arquivos-dados-analiticos)

A Tabela7 retrata a distribuição dos Pedagogos no âmbito da rede de ensino, frisamos que os profissionais estão lotados em apenas duas escolas, conforme se observa pelos dados extraídos.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS



SISTEMA DE INFORMAÇÕES  
SOBRE ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO

### Recibos de Transmissão

Nesta página poderão ser consultados os números dos recibos de transmissão dos dados do SIOPE.

☐ Estadual ☒ Municipal

UF: Amazonas ▼

Município: Itapiranga ▼

Consultar

UF: Amazonas

Município: Itapiranga

Período	Nº do Recibo	Data de Transmissão	Declaração Retificadora
2018 Anual	<a href="#">(Dados não transmitidos)</a>		--
2018 5º Bimestre	<a href="#">(Dados não transmitidos)</a>		--
2018 4º Bimestre	<a href="#">(Dados não transmitidos)</a>		--
2018 3º Bimestre	<a href="#">(Dados não transmitidos)</a>		--
2018 2º Bimestre	<a href="#">(Dados não transmitidos)</a>		--
2018 1º Bimestre	<a href="#">(Dados não transmitidos)</a>		--
2017 Anual	<a href="#">155531</a>	17/12/2018 12:00	Não
2017 5º Bimestre	<a href="#">140894</a>	25/07/2018 21:46	Não
2017 4º Bimestre	<a href="#">140280</a>	19/07/2018 00:59	Não
2017 3º Bimestre	<a href="#">139888</a>	12/07/2018 19:17	Não
2017 2º Bimestre	<a href="#">139797</a>	11/07/2018 16:44	Não
2017 1º Bimestre	<a href="#">109911</a>	12/10/2017 04:45	Não
2016 Anual	<a href="#">96753</a>	10/05/2017 10:41	Não
2015 Anual	<a href="#">96748</a>	10/05/2017 10:26	Não
2014 Anual	<a href="#">85483</a>	10/06/2015 15:13	Não
2013 Anual	<a href="#">84935</a>	20/05/2015 12:42	Não
2012 Anual	<a href="#">72527</a>	31/05/2013 11:18	Não
2011 Anual	<a href="#">65785</a>	30/04/2012 23:13	Não

Fonte: SIOPE (www.fnnde.gov.br/siope/), consulta em 27/02/19.

### ANÁLISE TÉCNICA

Diante do relatado, cumpre ressaltar que as irregularidades supracitadas merecem serem aprofundadas pela DEAE, a fim de apurar os eventuais prejuízos ao Município de Itapiranga. Nesse sentido, propomos o seguinte encaminhamento:

### CONCLUSÃO

5. Ante ao exposto este órgão técnico sugere a adoção das seguintes providências:

5.1 – Por ocasião da inspeção vindoura, verificação *in loco* da Diretoria de Engenharia desse Tribunal, referente à infraestrutura básica das escolas rurais, para adoção das medidas cabíveis





### **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

no que tange o item 9.4 da Decisão Plenária nº 318/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO que determina a realização de auditoria ordinária vinculado a Prestação de Contas Anuais, exercício 2018;

5.2 – Autuação de autos apartados para acompanhamento deste Departamento nos termos do art. 67, § 1º, da Resolução TCE 04/2002, quanto ao objeto da representação acima detalhado, com possibilidade de visitação *in loco*, à critério e disponibilidade orçamentária da SECEX (se entender necessário). A espécie tratada na Resolução 8/2006 é auditoria.

É o Laudo Técnico.

**DEPARTAMENTO DE AUDITORIA EM EDUCAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 28 de fevereiro de 2019.

**OSMANI DA SILVA SANTOS**

Auditor Técnico de Controle Externo – Auditoria Governamental

De Acordo:

**JÚLIO ALAN DOS SANTOS VIANA**

Chefe de Departamento



**DECISÃO Nº 318/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 14373/2017.**
- 2- **Assunto:** Representação
- 3- **Representante:** Ministério Público de Contas
- 4- **Representado:** Prefeitura Municipal de Itapiranga e DENISE DE FARIAS LIMA
- 5- **Advogado:** Não Possui
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3992/2018-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Representação. Irregularidades.

*Conhecimento. Revelia. Procedência.  
Determinação.*

**9- DECISÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Conhecer** a presente Representação formulada pelo Ministério Público de Contas, por intermédio da **Procuradora Evelyn Freire de Carvalho**, uma vez que atende aos parâmetros previstos no art. 288 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM para no mérito;
- 9.2. **Considerar revel** a **Sra. Denise de Farias Lima**, Prefeita Municipal de Itapiranga, nos termos do art. 88 do R.I-TCE/AM c/c §4º do art. 20 da Lei nº 2423/96;
- 9.3. **Julgar Procedente** a presente representação formulada pelo Ministério Público de Contas, por intermédio da **Procuradora Evelyn Freire de Carvalho**, em face da **Sra. Denise Farias Lima**, Prefeita Municipal de Itapiranga, pelos motivos expostos na fundamentação do voto;
- 9.4. **Determinar à SECEX** que adote as devidas providências junto às Diretorias competentes no sentido de incluir a fiscalização da infraestrutura básica das escolas públicas rurais do município de Itapiranga no escopo da inspeção ordinária relativa ao exercício 2018 a ser realizada no ano de 2019;

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃO

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 2

**DECISÃO Nº318/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

**10- Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 12 de Novembro de 2018

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral



Proc. Nº 14373/2017

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**GAB. CONS. MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

**Tribunal Pleno**

**PROCESSO Nº:** 14373/2017  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
**NATUREZA:** REPRESENTAÇÃO IRREGULARIDADES  
**INTERESSADO(A):** SECEX - SECRETARIA GERAL DO CONTROLE EXTERNO  
**REPRESENTANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
**REPRESENTADO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA E DENISE DE FARIAS LIMA  
**ADVOGADO(A):** NÃO POSSUI  
**OBJETO:** REPRESENTAÇÃO Nº 198/2017/MPC -EFC FORMULADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, EM FACE DA EXMOA. SRA. DENISE DE FARIAS LIMA, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, EM RAZÃO DA OMISSÃO EM RESPONDER À REQUISIÇÃO DESTA CORTE DE CONTAS.  
**ÓRGÃO TÉCNICO:** DICAMI  
**PROCURADORA:** ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES  
**CONSELHEIRO-RELATOR:** MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

**RELATÓRIO**

Versam os presentes autos acerca da Representação formulada pelo Ministério Público de Contas, por intermédio de sua i. Procuradora Evelyn Freire de Carvalho, em face da Sra. Denise de Farias Lima, Prefeita Municipal de Itapiranga, em razão da omissão em responder à requisição do *Parquet* sobre a infraestrutura básica das escolas públicas rurais no âmbito daquele município.

Autuada em 13/12/2017, a presente Representação fora admitida pela Presidente desta Corte, Exma. Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, por meio do Despacho de Admissibilidade datado de 18/01/2018 (fls. 09/10), no qual ordenou providências à Secretaria do Tribunal Pleno.





Proc. Nº 14373/2017

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**GAB. CONS. MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

**Tribunal Pleno**

Em cumprimento ao Despacho supracitado, foram os autos a mim distribuídos, ocasião em que ordenei a instrução processual através do Despacho nº 188/2018 – GCMELLO (fls.13/14).

Em continuidade à instrução processual, fora expedida a Notificação nº 178/2018–DICAMI (fl.15) à Sra. Denise de Farias Lima, Prefeita Municipal de Itapiranga, devidamente recebida em 25/05/2018, consoante se verifica no Aviso de Recebimento – AR acostado às fls.16/17, entretanto a notificada não compareceu aos autos.

Segundo o trâmite regimental, a Unidade Técnica emitiu a Informação nº 634/2018-DICAMI (fls. 18/24), sugerindo da seguinte forma:

[...] Com base em tudo que foi exposto, declaramos o pleno exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, e sugerimos ao nobre Relator, ouvindo-se previamente o Ministério Público Especial:

a) Que considere **REVEL** nos termos do art. 88 e parágrafos da Resolução TCE-AM nº 04/2002, a Sra. Denise de Farias Lima – Prefeita do Município de Itapiranga;

b) **Aplicar multa** prevista no art. 54, IV da Lei Estadual 2423/96, a senhora Denise de Farias Lima, em virtude do não atendimento, sem causa justificada, à requisição desta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 3992/2018-MPC-EMFA (fls. 21/24), lavrado pela Procuradora Elissandra Monteiro Freire Alvares, opinou nos seguintes termos:

[...] Portanto, o Ministério Público de Contas propõe à e. Corte de Contas julgar **PROCEDENTE** a presente representação, no sentido de:

a) Considerar **REVEL**, nos termos do art. 88 e seus parágrafos da Resolução TCE-AM nº 04/2002, a **Sra. Denise de Farias Lima**, Prefeita do Município de Itapiranga;

b) **MULTAR a Sra. Denise de Farias Lima**, na condição de Prefeita do Município de Itapiranga, na forma do art. 54, IV, da Lei 2.423/96;

c) **ENCAMINHAR** os autos à Comissão de Inspeção responsável pela prestação de contas do exercício de 2017 da Prefeitura Municipal de Itapiranga



Proc. Nº 14373/2017

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**GAB. CONS. MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

**Tribunal Pleno**

d) **DETERMINAR** apensar a presente representação ao Processo de Prestação de Contas do Município de Itapiranga.

Em síntese, é o relatório.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, faz-se necessário destacar que a Representação está prevista no art. 288 da Resolução nº 04/2002 – Regimento Interno do TCE/AM, sendo cabível em situações que se afirme ou requeira a apuração de ilegalidade ou má gestão pública, bem como nos casos expressos em lei, especialmente os referidos na Lei nº 8666/93 (Lei de Contratos Administrativos e Licitações).

A Representação é um instrumento de fiscalização e exercício do controle externo utilizado justamente para se exigir da máquina pública a investigação sobre determinados fatos que aparentemente ensejam prejuízos ao erário.

No que tange à legitimidade, estabelece o art. 288 do Regimento Interno que qualquer pessoa, órgão ou entidade, pública ou privada, é parte legítima para oferecer Representação. Dessa forma, em observância ao dispositivo normativo desta Corte de Contas, resta-se evidente a legitimidade do Ministério Público de Contas para ingressar com a presente demanda.

Passando-se à análise dos presentes autos, verifica-se que o Ministério Público de Contas ingressou com a Representação em virtude da omissão em responder ao Ofício Requisitório nº 542/2017/MP – EFC de 01/08/2017, que solicitou resposta da gestora no tocante à pesquisa realizada pela Fundação Amazonas Sustentável – FAS, em parceria com a Unicef, que identificou escolas públicas rurais no âmbito do Estado que carecem de infraestrutura básica, transcrevo abaixo:

“Este Parquet solicita informações sobre os seguintes itens:





Proc. Nº 14373/2017

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**GAB. CONS. MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

**Tribunal Pleno**

- a) Informar qual a real situação em relação à tratamento de esgoto, recebimento de merenda, energia elétrica e abastecimento de água em cada uma das escolas da rede pública do Município;
- b) Informar quais dessas escolas contam com banheiros dentro do prédio;
- c) Quais são as medidas que estão sendo adotadas para a normalização destes recursos nas referidas escolas?
- d) A pesquisa revela ainda que existem diversos professores sob contratação temporária. Sabendo que especialmente professores são uma necessidade permanente em qualquer lugar, deve ser explicado o motivo pelo qual tais contratações não foram realizadas por meio de concurso público, gerando assim um vínculo permanente entre os profissionais e o município;
- e) Informar se há previsão para realização de concurso público nas escolas que contam com professores em regime temporário;
- f) Encaminhar explicações sobre professores que lecionam sem possuírem o Ensino Superior em escolas da zona rural;
- g) Encaminhar explicações sobre a falta de supervisão pedagógica em diversas escolas da zona rural".

No que tange à ausência de manifestação da então Prefeita de Itapiranga, verifica-se inicialmente que os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa foram inteiramente respeitados por esta Corte de Contas, em obediência ao art. 5º, LV, da CF/88 c/c os arts. 18 e 19, I, da Lei Estadual nº 2.423/96. Vejamos.

A Constituição Federal de 1988, com o escopo de garantir um processo justo e equilibrado, onde as partes envolvidas tivessem a oportunidade de esclarecer os fatos questionados, garantiu em seu art. 5º, LV, o exercício do contraditório e da ampla defesa, sendo estes corolários do devido processo legal.

Sendo assim, para reforçar a importância dessas garantias constitucionais, também consideradas cláusulas pétreas, foi editada a Súmula Vinculante nº 03 do STF, a qual estabelece que em todos os processos, inclusive aqueles que tramitam perante os Tribunais de Contas, deve-se garantir o exercício do contraditório e da ampla defesa, uma vez que são condições mínimas para o trâmite processual, *in verbis*:





Proc. Nº 14373/2017

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**GAB. CONS. MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

**Tribunal Pleno**

Súmula Vinculante nº 03. **Nos processos perante o Tribunal de Contas da União** asseguram-se o **contraditório e a ampla defesa** quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. (grifo)

Ao se falar em contraditório, deve-se associar este princípio ao binômio: **“ciência e possibilidade de manifestação”, sendo o primeiro indispensável e o segundo uma faculdade**. Isto é, em todo e qualquer processo, seja judicial ou administrativo, deve ser dado à parte, cujos fatos são imputados, conhecimento da demanda, bem como a possibilidade de manifestar-se nos autos, de modo a influenciar a decisão do julgador.

Já a ampla defesa é a garantia de que a parte ao se defender num processo, poderá apresentar sua resposta utilizando amplo espectro de provas e teses, tendo condições efetivas de responder às imputações que lhe são dirigidas antes de que seus efeitos decorrentes possam ser sentidos.

No caso em comento, esta Corte de Contas, através da Notificação nº 178/2018 – DICAMI (fl.115), além de dar conhecimento à Sra. Denise de Farias Lima acerca da presente Representação, concedeu-lhe a oportunidade de manifestar-se nos autos e exercer a ampla defesa. Ocorre que, mesmo sendo devidamente notificada (fls.16/17), a gestora permaneceu inerte, razão pela qual é considerada revel no presente feito, nos termos do art. 88 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

Faz-se necessário elucidar ainda que, por ser a defesa da demandada uma faculdade, a sua não apresentação não pode ser entendida como uma penalidade, sujeitando a jurisdicionada a uma condenação imediata. Deve-se entender que a ausência de manifestação nos autos enseja a revelia, mas não necessariamente torna verossímeis as alegações do demandante, já que no âmbito do Tribunal de Contas



Proc. Nº 14373/2017

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**GAB. CONS. MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

**Tribunal Pleno**

deve-se sempre buscar a verdade material dos fatos, consoante estatui expressamente o supracitado art. 88 do Regimento Interno.

Portanto, apesar da Sra. Denise de Farias Lima ser considerada revel no presente feito, não deve ser penalizada por não apresentar justificativas e documentos referentes à Notificação nº 178/2018 - DICAMI, tendo em vista tratar-se de uma faculdade relacionada ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

Neste sentido, manifesta-se o Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

**ENUNCIADO:** Havendo débito imputável ao ente federado em processo de contas, deve-se fixar novo e improrrogável prazo para o recolhimento da dívida (art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992), atualizada monetariamente, sem incidência de juros de mora, mesmo na hipótese de revelia. **A não apresentação de defesa não pode ser entendida como uma penalidade, mas sim como uma faculdade processual. A renúncia a esse direito não pode, por si só, conduzir o responsável a uma condenação que lhe seja, em alguma medida, mais gravosa** (Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 4218/2017 – Primeira Câmara. Relator: Benjamin Zymler. Data da Sessão: 06/06/2017). (*grifo*)

No que tange à sugestão do *Parquet* de encaminhar os presentes autos à Comissão de Inspeção designada para auditar as Contas do exercício de 2017 do Município de Itapiranga, resta prejudicada tendo em vista a inspeção ordinária naquela municipalidade referente ao exercício de 2017 já ter ocorrido no período de 23/07/2018 a 27/07/2018, conforme Portaria nº 159/2018-GP/Secex, Termos de Instalação e Encerramento de Inspeção, constantes respectivamente às fls. 508/510, 607e 608 do Processo nº 12.942/2018 - Prestação de Contas Anual da Prefeitura de Itapiranga, exercício 2017.

Ademais, o objeto desta Representação não fez parte do escopo da inspeção ordinária referente às Contas de 2017, realizada em 2018, consoante informa a Comissão de Inspeção em seu Relatório Conclusivo nº 185/2018-DICOP, acostado às





Proc. Nº 14373/2017

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**GAB. CONS. MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

**Tribunal Pleno**

fls. 619/639 dos autos da Prestação de Contas Anual da Prefeitura de Itapiranga, exercício 2017.

Todavia a fiscalização da infraestrutura básica das escolas públicas rurais no âmbito daquele município poderá ser realizada a qualquer tempo, já que não se refere nem se limita a um exercício específico.

Sendo assim, com fundamento nos princípios da razoabilidade, da celeridade processual e visando evitar duplicidade de esforços ou julgamentos incompatíveis, em parcial consonância com as manifestações da Unidade Técnica e da i. Procuradora, sou pelo conhecimento e procedência da Representação, contudo sem aplicação de penalidade nestes autos por não ter sido comprovada a precariedade da infraestrutura básica das escolas públicas rurais no âmbito daquele município.

Entretanto, entendo ser necessário incluir a fiscalização da infraestrutura básica das escolas públicas rurais do município de Itapiranga no escopo da inspeção ordinária relativa ao exercício 2018, a ser realizada no ano de 2019, devendo ser encaminhada cópia da decisão proferida nestes autos à SECEX para as devidas providências junto à Diretoria competente.

**VOTO**

Com base nos autos, em parcial consonância com o Ministério Público de Contas e em parcial consonância com o órgão técnico, VOTO no sentido de o Tribunal Pleno:

- 1- **Conhecer** a presente Representação formulada pelo Ministério Público de Contas, por intermédio da i. Procuradora Evelyn Freire de Carvalho, uma vez que atende aos parâmetros previstos no art. 288 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM para no mérito;
- 2- **Considerar revel** a Sra. Denise de Farias Lima, Prefeita Municipal de Itapiranga, nos termos do art. 88 do R.I-TCE/AM c/c §4º do art. 20 da Lei nº



Proc. Nº 14373/2017

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**GAB. CONS. MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

**Tribunal Pleno**

2423/96;

- 3- **Julgar Procedente** a presente representação formulada pelo Ministério Público de Contas, por intermédio da i. Procuradora Evelyn Freire de Carvalho, em face da Exma. Sra. Denise Farias Lima, Prefeita Municipal de Itapiranga, pelos motivos expostos na fundamentação do voto;
- 4- **Determinar à SECEX** que adote as devidas providências junto às Diretorias competentes no sentido de incluir a fiscalização da infraestrutura básica das escolas públicas rurais do município de Itapiranga no escopo da inspeção ordinária relativa ao exercício 2018 a ser realizada no ano de 2019;

**5 - Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

É o voto.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 6 de Novembro de 2018.

**Mario Manoel Coelho de Mello**  
Conselheiro-Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS  
Secretaria do Tribunal Pleno

A DEAR PARA PROVIDÊNCIAS  
(item 9.4 da Decisão)

Stanley Scherzer de Castro Leite  
Secretário Geral de Controle Externo  
Matrícula nº 001.329-3A - TCE/AM

19.02.19

MEMORANDO Nº 34/2019/SP/SERVCOM

Manaus, 13 de fevereiro de 2019.

DE: SECRETARIA DO PLENO

PARA: SECEX

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Senhoria cópia de **Decisão nº 318/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**, proferido nos autos do **Processo nº 14373/2017**, que trata de **Representação nº 198/2017/MPC-EFC** formulada pelo Ministério Público de Contas, em face da Exma. Sra. **Denise de Farias Lima**, **Prefeita Municipal de Itapiranga**, para conhecimento de Decisão.

Atenciosamente,

**MIRTYL LEVY JUNIOR**

Secretário do Tribunal Pleno

576	TCE/SECEX
RECEBIMENTO	
EM:	19 / 02 / 19
HORAS:	07 : 30
ASSINATURA	